Globethics Repository



A escola brasileira nao aposta nem investe nos negros [The Brazilian school does not bet or invest in blacks]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Fogaca, Azuete
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-03 03:17:08
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163326

comprometeriam o seu desenvolvimento. A Unisinos defende o modelo que está executando, com bolsas de todos os tipos e modalidades, ao lado de ações sociais consistentes na comunidade do Vale do Rio dos Sinos. Para nós, filantropia é coisa séria.

***IHU On-Line* - Muitos críticos das proposições educacionais do atual governo argumentam que a justiça social, via educação, deve ser atingida pela oferta de um ensino básico e médio qualificado, cabendo às universidades selecionar os melhores, conforme as suas competências. Esse lhe parece um bom caminho? Haveria outras alternativas para ampliar o acesso ao ensino superior?**
Pedro Gomes - Creio que a resposta a essa questão está contida nas respostas acima. Afirmamos a seleção pelo mérito acadêmico. A formação deve vir do ensino fundamental e médio. A universidade não é suplente dessa fase da formação. O governo deve se preocupar, se deseja ampliar o acesso ao ensino superior, em aumentar as vagas nas universidades estatais de um lado, e em comprar vagas nas universidades comunitárias e confessionais, por outro. As universidades vêm fazendo um excelente trabalho de seleção, cuidando para que os bons alunos não deixem de estudar por falta de recursos. Esse é o projeto da Unisinos. Mantemos uma série diversificada de modalidades de bolsas para contemplar os alunos que realmente necessitam.

***IHU On-Line* - O senhor gostaria de acrescentar outros comentários ao tema em debate?**
Pedro Gomes - Apenas gostaria de reafirmar que tudo aquilo que vier para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil tem o apoio da Unisinos.

A ESCOLA BRASILEIRA NÃO APOSTA NEM INVESTE NOS NEGROS

Entrevista com Azuete Fogaça

Apesar dos seus discursos em defesa da igualdade, governantes e professores estão imbuídos dos valores elitistas. Tais valores provêm de uma história na qual a educação sempre foi usada como instrumento de legitimação das desigualdades, especialmente a discriminação racial, afirma a professora Azuete Fogaça. Ela sustenta que a escola brasileira "não aposta nem investe nos negros", ao eximir-se, "incólume", do fracasso escolar deles, ratificando a idéia de que são incapazes de aprender. Por isso, considera que a política de cotas para negros poderá romper o ciclo vicioso de reprodução das desigualdades, contribuindo para superar a "farsa" praticada no Brasil no que diz respeito à democratização do acesso ao conhecimento e ao mito da democracia racial. Além de atender uma dívida social para com os negros, marginalizados intencionalmente, a referida medida poderá transformar a escola pública em um instrumento de participação e ascensão social, tal como deveria ser em um Estado republicano e democrático. Entretanto, ela está pessimista com relação ao sucesso da proposta das cotas. Ela julga que a apresentação da proposta através de um projeto de lei abrindo o leque dos segmentos abrangidos pela política de cotas e extrapolando o âmbito das universidades públicas esvaziou o debate sobre a discriminação dos negros. Frente à complexidade dos interesses envolvidos, teme que o movimento seja infrutífero – premeditadamente infrutífero, talvez. Azuete Fogaça, que foi entrevistada por e-mail, é graduada em Pedagogia, mestre em Educação pela Unicamp, com dissertação intitulada Educação e Desenvolvimento no Brasil e doutora em Educação pela UFRJ, com a tese Educação e Economia - Um estudo sobre a automação flexível e a recuperação da inteligência na produção. É professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá (RJ). Publicou, com Claudio Leopoldo Salm, ***Questões Críticas da Educação***

***Brasileira - Consolidação de Propostas e Subsídios Para Ações na Área da Tecnologia e da Qualidade**. Brasília: MICT/Senai/Banco do Brasil, 1995.*

***IHU On-Line* - Por que a senhora é favorável à proposta que destina vagas no ensino superior federal para alunos negros originários de escolas públicas?**
Azuete Fogaça - Sou favorável às cotas, em primeiro lugar, porque acredito que a educação é um instrumento importante para o desenvolvimento da sociedade. Quando eu falo em desenvolvimento não estou me referindo apenas ao crescimento econômico; estou falando também de um processo evolutivo no qual a sociedade se torna mais democrática, mais igualitária e mais justa. Estou falando em um processo que propicie a todos os segmentos da sociedade condições de elevar seus níveis de padrão de vida e participar mais efetivamente de todas as esferas de atuação na vida em sociedade. Acontece que estamos em uma sociedade onde, como já dizia Anísio Teixeira nos anos 1930, apesar dos valores democráticos proclamados, a educação é usada exatamente para fins contrários a esses valores. O sistema educacional brasileiro, longe de ser um instrumento de democratização, sempre foi um instrumento de manutenção das diferenças, das hierarquias sociais. Enquanto a rede pública atendia apenas às camadas média e alta, tinha-se um ensino público de qualidade; esta realidade foi verificada até o início dos anos 1970. A partir daí, à medida que as camadas populares passam a ter acesso ao sistema, observa-se uma queda vertiginosa da qualidade, sustentada por um discurso que tenta fazer crer que é impossível ampliar o acesso à escola sem perder a qualidade. No meu entender, o que aconteceu dos anos 1970 em diante foi simplesmente uma estratégia de mascaramento do histórico desinteresse das elites deste país em democratizar o acesso ao conhecimento. Antes, negava-se a educação pela escassez de vagas: a maioria das crianças das camadas populares sequer tinha acesso à escola. Agora, oferece-se escola para todos, mas, em contrapartida, oferece-se um ensino de baixíssima qualidade.

***IHU On-Line* – Nesse cenário, qual é a situação dos negros?**
Azuete Fogaça - Negros e pobres são vítimas de uma elite que não quer, na verdade, acabar com injustiças e com as desigualdades. A situação dos negros ainda é pior, porque eles são duplamente discriminados: eles sofrem a discriminação mais geral, na qual estão incluídos todos os pobres, mas sofrem também uma discriminação específica, calcada nos valores herdados do longo período escravocrata, no qual os negros sequer eram considerados como seres humanos e, quando o foram, passaram a ser vistos como seres inferiores, principalmente no que se refere às habilidades intelectuais, ou seja, aquelas nas quais se apóia o processo de escolarização. Esse cenário precisa ser mudado. A universidade brasileira foi criada antes mesmo de se ter um sistema público de educação básica e isso não se deu por acaso: isso ocorreu, porque, com o objetivo de formar as novas gerações de dirigentes, desde o seu início ela foi pré-destinada aos jovens oriundos dos segmentos que comandavam os destinos deste país. Com isso, tanto a sociedade brasileira, quanto a própria universidade, têm uma visão extremamente elitista quando se trata do acesso ao ensino superior. É óbvio que o acesso à universidade pressupõe um nível de formação adequado às exigências dos cursos de nível superior, mas isso não significa transformar essa exigência, de um lado, em uma barreira intransponível para a maioria dos jovens e, de outro lado, em instrumento de reserva de vagas para uma minoria, pelo simples fato de que ela é formada por brancos, ou pelos que têm condições financeiras de "comprar" um ensino de maior qualidade. A vinculação da cota de negros ao fato de ser egresso de escolas públicas tem como objetivo dar prioridade exatamente àqueles para quem o sistema público de educação básica é a única opção de estudo, que é a

situação da quase totalidade dos negros. Os dados do IBGE que vinculam raça e nível de renda mostram que, mesmo entre os mais pobres, nas faixas mais baixas de rendimento, os negros têm rendimentos ainda menores que os dos brancos. Assim, eu entendo a política de cotas para os negros como um rompimento de ciclo vicioso que reproduz e legitima as desigualdades existentes na sociedade; entendo as cotas como uma forma – extrema, é verdade - de superar a farsa que se pratica em nosso país há pelo menos um século, no que diz respeito à democratização do acesso ao conhecimento e ao mito da democracia racial. Acredito que ela diz respeito também a uma dívida social com um segmento que, historicamente, foi intencionalmente marginalizado e, até hoje, encontra enormes barreiras para uma participação social mais efetiva.

***IHU On-Line* - A sua posição abrange também as cotas destinadas aos indígenas?**
Azuete Fogaça - No que se refere aos indígenas, tenho alguns cuidados na defesa das cotas, não que eu seja contra a idéia de cotas, como já explicitei, sou a favor delas, mas porque não vejo na comunidade indígena um movimento significativo no sentido da integração ao nosso modelo de sociedade. Na medida em que observo a luta dos índios brasileiros pela demarcação de suas reservas e pela sobrevivência de suas culturas, tenho sérias dúvidas sobre os efeitos de um processo "civilizatório" bastante discutível, porque pode resultar, como nos Estados Unidos, na morte dessas culturas. Em última análise, se esta for uma aspiração das comunidades indígenas do ponto de vista democrático, ela deve ser levada em consideração e deve ser atendida, tanto quanto se deve atender às aspirações dos negros.

***IHU On-Line* - As chamadas "discriminações positivas" e "ações afirmativas" em favor dos negros produziram resultados socialmente aceitáveis em outros países?**
Azuete Fogaça - Da experiência de outros países com ações afirmativas a norte-americana é a que melhor se conhece. Em relação aos resultados pode-se dizer que, mesmo que alguns problemas possam ser apontados, numa perspectiva mais ampla, os resultados foram positivos. Evidentemente, ainda vamos encontrar negros pobres, da mesma forma que ainda se registram episódios brutais de racismo,como o espancamento do motorista negro pela polícia de Los Angeles, que acabou causando graves conflitos raciais já na década de 1990. Todavia, nas duas últimas décadas, a participação dos negros na política, nas profissões liberais, na literatura, nas artes e em outras áreas antes exclusivas dos brancos aumentou significativamente. As ações afirmativas permitiram que surgisse, entre outras figuras, gente como Toni Morrison, professora em Princeton – talvez a mais prestigiada universidade norte-americana, e prêmio Nobel de Literatura em 1993. Pode-se falar ainda nos ganhos no âmbito da auto-estima: num breve passeio pelas ruas de Nova York pode-se observar que a postura dos negros é aquela típica de quem se percebe e exige que seja percebido como um igual, como alguém que tem o mesmo direito que os brancos de pisar naquelas ruas, entrar nas mesmas lojas, etc., porque se sente tão cidadão quanto qualquer outro. É uma postura inteiramente diferente da maioria dos negros brasileiros, que ainda conservam, por força do tratamento que recebem, uma atitude de submissão, de aceitação de uma inferioridade que lhe foi historicamente inculcada. O negro brasileiro pede desculpas por existir, pede desculpas por ser negro, porque sua real identidade jamais foi respeitada.

***IHU On-Line* – Essas medidas não terminaram por criar uma "elite" negra desvinculada das suas origens? Elas são adequadas à realidade brasileira?**
Azuete Fogaça - Quanto ao risco das políticas afirmativas formarem uma elite distanciada das suas origens, em primeiro lugar é preciso ver o que se entende por "distanciamento das

origens": a luta dos negros americanos, como a dos brasileiros, não significa uma nostalgia da África. Eles se denominam "afro-americanos" para reforçar as diferenças étnicas, no sentido de que querem ser aceitos exatamente como são, com os gostos que têm, com a cor da pele que têm, com a aparência que têm, com os hábitos culturais que têm. É uma questão de ter sua identidade cultural reconhecida. Mas, isso não significa que não queiram se integrar ao que é "norte-americano": querem ter seus talentos reconhecidos, querem participar das esferas de decisão e querem produzir cultura e ter acesso aos bens culturais e materiais que estão disponíveis para os cidadãos americanos brancos. E isso não significa abandonar suas origens. No caso dos negros brasileiros, sequer usamos, a não ser em grupos de ativistas, as expressões "afro-brasileiros" ou "afro-descendentes". Da mesma forma que os americanos, não queremos um retorno à África; queremos respeito pelas nossas origens, características étnicas e traços culturais herdados da África, mas, antes de tudo, queremos ser cidadãos brasileiros, queremos participar em pé de igualdade com os demais cidadãos, queremos a dignidade que todo ser humano merece. Acho que as ações afirmativas se aplicam perfeitamente à sociedade brasileira, porque elas são afetas às sociedades onde há discriminação e, entre nós, apesar de negada, a discriminação existe.

***IHU On-Line* – Como essa discriminação negada dificulta o combate ao racismo?**
Azuete Fogaça - O fato de ser uma discriminação velada não torna o problema menos grave; ao contrário. A discriminação explícita, aberta, como a que foi praticada nos Estados Unidos, tem um lado cruel, pela sua objetividade, mas, ao mesmo tempo, permite que se dêem respostas também objetivas e, por isso, irrefutáveis, sob a forma de medidas punitivas e/ou proibitivas dos atos discriminatórios praticados. Não estou defendendo a discriminação explícita; apenas destaco que ela, a necessidade de políticas afirmativas, é mais evidente. Quando, por exemplo, se coloca uma placa na porta de um hospital avisando que ali só se atende a pacientes brancos, fica evidente a necessidade de se tomar alguma medida que proíba esse tipo de atitude. Esse não é o caso do Brasil, onde as atitudes discriminatórias são quase subliminares e onde ninguém assume abertamente que é racista. Todos sabemos que os anúncios para emprego que exigem "boa aparência" estão, na prática, eliminando os candidatos negros; mas, se formos entrevistar o gerente de Recursos Humanos, ele vai negar a atitude discriminatória e vai dizer, muito provavelmente, que "até tem amigos negros". Os dados do IBGE e de pesquisas feitas com o fim específico de identificar este problema são mais do que eloqüentes, mas não são aceitos quando se trata de evidenciar o racismo e buscar caminhos para a sua superação. Por isso, acho que o racismo velado talvez seja o racismo mais cruel. A dor do castigo físico passa; a dor da humilhação não se apaga facilmente; o sentimento de inferioridade que é transmitido aos negros por esse racismo dissimulado anula toda uma vida. A farsa da igualdade racial joga sobre os ombros dos negros toda a responsabilidade pelo seu insucesso e, ao mesmo tempo, não permite que ele lute, porque ele não consegue sequer perceber que há todo um processo que limita suas possibilidades. E é com base nessa farsa que se nega, no Brasil, a necessidade de implantação de políticas afirmativas.

***IHU On-Line* - No que diz respeito à educação, quais as medidas e providências que deveriam ainda ser tomadas para ampliar a presença negra na sociedade brasileira?**
Azuete Fogaça - Antes de mais nada, quero afirmar que o negro está presente na sociedade brasileira. Quer queiram, quer não, este país foi construído, em sua maior parte, pelos negros. Nossa cultura popular tem forte participação negra. O que ocorre é que esta participação não é valorizada e, em alguns casos, sequer é considerada, porque não faz parte da cultura "branca",

européia ou norte-americana, que é tida, *a priori,* como uma cultura superior. Como a maioria dos negros é pobre, a ampliação da presença dos negros nas diferentes esferas de participação social, naquilo que diz respeito à educação, está hoje profundamente vinculada às políticas educacionais e à gestão do sistema público de educação. Como já disse, o nosso sistema educacional público é elitista, fruto de uma história na qual a educação sempre foi usada como instrumento de legitimação das desigualdades e, dentro delas, da discriminação racial. Acontece que, como já disse Durkheim, a educação reflete sua época, com os costumes e valores praticados pela sociedade na qual está inserida e da qual está a serviço. Se assim é, a nossa escola é elitista porque a nossa sociedade também o é. Precisamos ter uma escola democrática, o que hoje ela não é: apesar de seus discursos em defesa da igualdade, governantes e professores estão imbuídos dos mesmos valores elitistas a que me refiro. Assim como a classe política, a escola brasileira não aposta e nem investe nos negros, e colabora para a disseminação da idéia de que, a não ser em casos de raríssimas exceções, os negros não são capazes de aprender. Os dados do fracasso escolar evidenciam isso; os baixos níveis de escolaridade da imensa legião de jovens negros socialmente marginalizados também confirmam. É certo que, sozinha, a educação não garante um bom futuro para ninguém. Mas também é verdade que, sem ela, quem nasceu nas esferas mais humildes e discriminadas não tem nenhum horizonte promissor. Mas nossa escola segue, incólume, sua trajetória, indiferente a esses fatos, como se não tivesse nenhuma responsabilidade pelo fracasso escolar dos negros. Entretanto, para que essa situação mude, é preciso que a sociedade mude. É preciso que se assuma que somos uma sociedade desigual e discriminatória e, a partir daí, transformar a escola pública brasileira num instrumento de equalização das oportunidades de participação e de ascensão social, ou seja, transformá-la naquilo que ela deveria ser desde que nos organizamos politicamente como um Estado republicano e democrático. Assim, a ampliação da participação dos negros nas esferas sociais que lhe são praticamente negadas depende muito do acesso a uma educação pública de qualidade, mas essa transformação, essa melhoria qualitativa do ensino público depende de um outro processo, mais lento e tão difícil quanto o primeiro, de democratização da própria sociedade. Como ambas pressupõem pelo menos duas décadas para que se tenham os primeiros resultados, as ações afirmativas se impõem como medida temporária, até que, numa sociedade efetivamente democrática e através de uma educação pública de qualidade, os negros possam disputar em condições de igualdade as melhores oportunidades de emprego e, com isso, tenham melhores condições de sobrevivência.

***IHU On-Line* - Qual a sua avaliação sobre as medidas até agora tomadas pelo Governo Federal para enfrentar as questões que dizem respeito às discriminações racial e social enfrentadas pelos negros?**

Azuete Fogaça - No início da atual gestão do MEC, tive uma percepção positiva do projeto de implantação de cotas para negros. Entendi que, finalmente, considerando a trajetória do PT e a trajetória pessoal do presidente, o Governo Federal tomaria as rédeas de um processo de ampliação da participação dos negros e de construção de uma sociedade efetivamente democrática do ponto de vista racial. Todavia, esta percepção se perdeu, quando se abriu o leque de segmentos abrangidos pelo projeto – além dos negros, incluíram-se pobres, índios e até mesmo ex-presidiários, e quando se acoplou a política de cotas ao projeto de compra de vagas nas universidades privadas. Como educadora há quarenta anos, e de acordo com os princípios democráticos, defendo o acesso de todos à educação. Entretanto, o que estava em discussão naquele momento, era a questão específica do negro. A apresentação de um projeto, ou de proposta de projeto de lei, que abria o leque de segmentos abrangidos pela política de

cotas e extrapolava o âmbito das universidades públicas significou, a meu ver, uma estratégia com três objetivos: o primeiro seria o esvaziamento do debate sobre a questão da discriminação dos negros; o segundo, a paralisação do movimento em favor das cotas, já que cada segmento incluído no projeto envolve diferentes problemas e, eventualmente, diferentes soluções, sem falar no imbróglio que significa a compra de vagas nas instituições privadas; o terceiro, retardar a própria implantação das cotas, já que, inicialmente, seria encaminhada uma Medida Provisória e, posteriormente, optou-se por um anteprojeto para ser "discutido amplamente na sociedade". Algumas piadas sobre o funcionamento das organizações apontam duas formas extremamente eficazes de se evitar uma ação indesejada, sem explicitar que não se quer implantá-la: a primeira é aprová-la, mas, ao mesmo tempo, ampliá-la demasiadamente, até que ela se torne inviável; a segunda é colocá-la em discussão em todos os níveis da organização, a pretexto de se buscar um consenso que, já se sabe de antemão, será impossível de obter. Acho que foi mais ou menos isso que aconteceu com a política de cotas para negros nas universidades públicas. Para mim, foi uma saída encontrada pelo governo para não bater de frente com as elites e com a classe média, que são os segmentos diretamente atingidos pelos efeitos da política de cotas para os negros. Ao que parece, o governo não ousou negar a reivindicação dos negros, mas também não ousou assumir abertamente o fato de que, na verdade, para cada negro que entrar na universidade pública através das cotas, haverá um branco que não vai entrar. Infelizmente, essa proposta atual do MEC tem tudo para não dar em nada.

***IHU On-Line*- A senhora gostaria de acrescentar outros comentários à questão em debate?**

Azuete Fogaça - Gostaria de dizer que acho muito importante que a Unisinos esteja debatendo esse assunto. Mesmo que o projeto oficial não caminhe, é importante que se discuta com a juventude mais escolarizada o problema da discriminação racial e, por conseqüência, da democratização do acesso ao conhecimento e das oportunidades de melhoria das condições de vida e trabalho para os negros. Se considerarmos que esta juventude escolarizada é nossa elite futura, a sociedade brasileira só terá a ganhar se ela tiver plena consciência dos problemas sociais, se perceber com clareza a face discriminatória da sociedade brasileira e o que há por trás da democracia racial e cordialidade apregoadas.

"AS DIFERENÇAS SOCIAIS NÃO SE RESOLVEM COM SOLUÇÕES MILAGROSAS"

Entrevista com Fernando Becker

O Prof. Dr. Fernando Becker considera nobres e desejáveis os objetivos da política de cotas, mas considera que, até agora, a medida proposta reveste-se de duvidosos atributos milagrosos. Para ampliar o acesso das classes desfavorecidas à universidade ele sugere a concessão maciça de bolsas de estudo, lembrando que muitos estudantes não prestam vestibular frente à impossibilidade de se sustentarem na vida universitária. Teme que a qualidade da produção universitária decaia com o ingresso de estudantes mal preparados, reivindica um amplo debate da proposta, reclama da generalizada falta de informações sobre o assunto, assinalando o distanciamento da mídia desse tema. Por fim, observa que, se a medida for aprovada, encontrará a universidade completamente despreparada para conviver com a nova realidade, pois não há nenhum planejamento voltado ao tratamento e à adaptação do novo tipo de universitário. Fernando Becker